

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002099-18.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Benedito Aparecido da Silva**
 Requerido: **Mapfre Seguros Gerais S.a.**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

BENEDITO APARECIDO DA SILVA propôs ação de indenização em face de **MAPFRE SEGUROS**. Aduziu ter firmado contrato de seguro referente a uma colheitadeira de cana de açúcar da marca JOHN DEERE, modelo 3510, ano 2006. A máquina segurada sofreu um incêndio na parte de baixo, que acarretou a sua perda total. Ocorre que após várias solicitações de informações e documentos, a requerida veio informar, 03 meses depois, que a indenização do seguro não seria paga em razão do incêndio ter se iniciado por um arame que fixava o cabo positivo da bateria, aduzindo que essa não era a peça original. O requerente asseverou que não há qualquer relação entre o incêndio e uma suposta utilização de material inadequado na fixação do cabo positivo, visto que o incêndio se iniciou na parte inferior e a bateria se encontra na parte superior. Requereu a indenização correspondente ao valor de mercado da colhedora JOHN DEERE, MODELO 3510, ANO 2006, no montante de R\$170.000,00 e os benefícios da gratuidade da justiça.

Encartados à inicial vieram os documentos de fls. 12/27.

A decisão de fl. 53 indeferiu os benefícios da gratuidade da justiça. Fora interposto agravo de instrumento (fls. 58/62). O v. acórdão deferiu a gratuidade da justiça (fls. 73/76).

A requerida, devidamente citada (fl. 70), apresentou resposta na forma de contestação (fls. 82/95). Aduziu que o perito encarregado do acidente verificou que o cabo da bateria da colhedora segurada estava amarrado por um arame quando, originalmente,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

deveria estar fixado com abraçadeiras metálicas. Essa fato ocasionou um curto-circuito no cabo positivo da bateria. Outrossim, asseverou que apenas serão indenizáveis os sinistros quando o bem estiver com suas condições de fábrica preservadas, o que não ocorreu no presente caso. No mais, disse que o requerente não comprovou o valor pago a título do bem, bem como não demonstrou se foi adquirido por ele. Por fim, alegou que o requerente não apresentou comprovante de depósito do valor referente à colhedora, tal como, em caso de procedência da demanda, que o pagamento da importância segurada deverá ter deduzido o valor de eventuais débitos vinculados à colhedora. Requereu a improcedência da ação em razão do agravamento de risco pelo autor; em caso de procedência, que o valor da franquia seja descontado e que o Documento Único de Transferência – DUT seja entregue, livre de restrições.

Encartados à contestação vieram os documentos de fls. 96/162.

Réplica às fls. 169/173.

Laudo pericial às fls. 234/260. Manifestação sobre o laudo pericial (fls. 268/271 e 278/281).

A decisão de fl. 287 determinou que se procedam as anotações dos arrestos efetuados sobre eventuais créditos que o requerente venha a receber nestes autos.

Novo laudo pericial às fls. 300/307. Manifestação sobre o laudo pericial (fls. 311/312 e 313/314).

Alegações finais às fls. 319/327 e 328/330.

A decisão de fl. 334 determinou a penhora no rostos destes autos a valores que eventualmente o requerente tenha direito.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O feito se encontra pronto a julgamento, tendo sido produzidas todas as provas necessárias, em especial a pericial.

De início, não há que se falar em falta de comprovação da propriedade do bem, visto que na própria apólice celebrada consta, à fl. 16, que a colheitadeira não era financiada, além de constar que foi comprovada a aquisição do veículo. Dessa forma,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

desnecessários maiores argumentos para afastar as alegações.

Foi o bem segurado objeto sinistro por conta de um incêndio que o destruiu, sendo feita avaliação por parte da requerida, sendo negado o pagamento sob a alegação de que o incêndio decorreu da alteração de uma característica original da colheitadeira, que tinha um cabo preso por um arame, e não por uma abraçadeira metálica.

Diante disso, perito técnico elaborou trabalho que consta às fls. 234/260 e 301/307. Em suas conclusões, em especial às fls. 256/257 consta expressamente que a história narrada pelo autor é verossímil e que o incêndio não se iniciou por conta da substituição da peça original por um arame, não havendo indícios de que teve início por um curto-circuito. Ademais, pela leitura do laudo se verifica que incêndios como o presente são extremamente comuns, não havendo mínimos elementos para se afastar a responsabilidade contratual da requerida.

Nem se diga que o perito não é pessoa capacitada a realizar o trabalho do qual teve incumbência, pelo contrário, bastando a leitura de seu currículo para se concluir o oposto.

Ademais, tratando-se de relação de consumo, as cláusulas do contrato são interpretadas em favor da parte hipossuficiente.

Assim, e diante da completa falta de elementos a afastar a conclusão pericial, a requerida deve indenizar o sinistro existente.

Em relação a ele, a apólice demonstra, à fl. 17, que existe franquia de 10%, com um mínimo de R\$5.000,00; assim, diante do valor segurado (R\$180.000,00), deve haver o desconto respectivo, sendo a indenização de R\$162.000,00.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, extinguindo o feito com exame do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar a requerida ao pagamento de R\$ 162.000,00, sendo que o valor apurado deverá ser corrigido monetariamente pela tabela prática do Tribunal de Justiça, desde a data do sinistro (22/10/2015) e acrescida de juros legais de 1%, desde a citação. **O pagamento deve ser feito nestes autos, e não diretamente à parte autora, para a satisfação dos arrestos e penhoras já anotados.**

Considerando o contrato entabulado, a indenização deve ser paga em até 10



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

dias corridos após a entrega, à segurador, dos salvados, que lhe pertencem, sendo obrigação da parte autora indicar a sua correta localização e demonstrar a disponibilização.

Por ser sucumbente, condeno a requerida ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação.

Oportunamente, archive-se.

P.I.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
 (assinado digitalmente)

São Carlos, 12 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**